

Fernanda de Oliveira Botelho

**A MEMÓRIA COMO RECURSO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS:
A experiência da Casinha da Memória de Ourinhos-SP**

CELACC/ ECA-USP

2012

Fernanda de Oliveira Botelho

**A MEMÓRIA COMO RECURSO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS:
A experiência da Casinha da Memória de Ourinhos-SP**

Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos produzido sob orientação do Prof. Dr.º Silas Nogueira.

CELACC/ ECA-USP

2012

Agradeço primeiramente a minha família pela compreensão e apoio durante todo o curso. Agradeço especialmente a todos os amigos da Turma B que me motivaram de alguma forma, permitindo que minhas viagens a São Paulo fossem menos cansativas e mais prazerosas. Agradeço a todos os professores e ao pessoal da secretaria por serem, acima de tudo, parceiros.

“Quando ouvimos uma história, seja ela do nosso colega de escritório, do taxista ou de alguém que conhecemos em uma festa, ela pode ser transformadora. Pode ser surpreendente, apenas bela ou pode tornar o nosso olhar para o cotidiano, um pouco mais mágico, um pouco mais rico, um mais transcendente. E, neste momento, é que está o seu poder de transformação.”

Karen Worcman – Museu da Pessoa

Sumário

INTRODUÇÃO-----	01
CAPÍTULO I - MEMÓRIA INDIVIDUAL E MEMÓRIA SOCIAL-----	03
CAPÍTULO II - POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E MEMÓRIA SOCIAL-----	07
CAPÍTULO III - A ATUAÇÃO DA CASINHA DA MEMÓRIA COMO RECURSO SOCIOPOLÍTICO PARA A CIDADE DE OURINHOS-SP-----	12
CAPÍTULO IV - PROJETO ARQUIVO DE LEMBRANÇAS – MEMÓRIA DOS FERROVIÁRIOS-----	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	21
ANEXOS-----	23

A MEMÓRIA COMO RECURSO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS: A experiência da Casinha da Memória de Ourinhos-SP

FERNANDA DE OLIVEIRA BOTELHO

Resumo

Este artigo visa analisar o uso da memória como recurso nas práticas de políticas públicas da cidade de Ourinhos, por meio do contexto do projeto Arquivo de Lembranças, realizado pela Casinha da Memória, equipamento cultural dirigido pela Associação de Amigos da Biblioteca Pública (AABIP) e Secretaria Municipal de Cultura. A memória é observada seguindo o pressuposto de como a ação de compartilhá-la proporciona à transformação da consciência das pessoas nela envolvidas, direta ou indiretamente, no que diz respeito à própria documentação histórica, compreendendo seu valor na vida local, maneiras de recuperá-las e conservá-la. Contudo as ações da Casinha da Memória podem ser consideradas como recursos sociopolíticos da cidade de Ourinhos por fortalecer a cidadania e as identidades sociais.

Palavras-chave: Memória Social, Política Cultural.

MEMORY AS A RESOURCE FOR PUBLIC POLICY CULTURAL: The experience of Casinha da Memória de Ourinhos-SP

Abstract

This article aims to analyze the memory usage as a resource practices in public policy Ourinhos through the context of the project *Arquivo de Lembranças*, conducted by *Casinha da Memória*, facilities managed by the Association of Friends of the Public Library (AABIP) and Municipal Secretary of Culture. Memory is observed following the assumption of how the action of sharing it gives the transformation of consciousness of the people involved, directly or indirectly, with respect to their own historical documents, including its value in local life, ways to get them and save it. But the actions of Cottage Memory can be considered as resources of sociopolitical Ourinhos to get them and save it. But the actions of Cottage Memory can be considered as resources of sociopolitical Ourinhos to strengthen citizenship and social identities.

Keywords: Social Memory, Cultural Policy.

MEMORIA COMO RECURSO PARA LA POLITICA PUBLICA CULTURAL: La experiencia de la Casinha da Memória de Ourinhos-SP.

Resumen

En este artículo se pretende analizar el uso de memoria como recursos en las prácticas de políticas públicas en Ourinhos a través del contexto de la proyecto Arquivo de Lembranças, realización de la Casinha da Memória, equipamientos culturales gestionados por la Asociación de Amigos de la Biblioteca Pública (AABIP) y Secretario Municipal de Cultura. La memoria se observo después de la Asunción de la forma en que la acción de compartir se da la transformación de la consciência de las personas involucradas, directa o indirectamente, com respecto a sus propios documentos históricos, incluyendo su valor en la vida local, la manera de recuperarlos y guardarlos. Concluyó que las acciones de la Casinha da Memória se pueden considerar como recursos sócio-políticas de Ourinhos, para fortalecer la ciudadanía y las identidades sociales.

Palavras clave: Memoria Social, Política Cultural.

INTRODUÇÃO

No início da modernidade tudo girava em torno do futuro, da tecnologia e do progresso, mas na atualidade, em um espaço-tempo ocidental impregnado de efeitos da modernidade surge o interesse pela memória. Este fato foi apontado por Andreas Huyssen (2000) como “globalização da memória”. Esse interesse se deu com acontecimentos como a queda do Muro de Berlim, o fim das ditaduras latino-americanas, o colapso da União Soviética e o fim do *apartheid* na África do Sul, e também pelo fortalecimento dos movimentos sociais que discutiam uma nova forma de registro da história e políticas de identidade.

Na década de 1980 houve maiores preocupações relativas à memória na esfera pública por meio da exploração pela indústria cultural em torno das lembranças traumáticas, como por exemplo, do Holocausto (HUYSSSEN, 2000).

Na América Latina acredita-se que este interesse pela cultura e memória tenha se destacado devido aos movimentos de memória da violência política nascidos em períodos pós- ditatoriais, quando ocorre um processo de releitura sobre o passado ao procurar definições para dar sentido às disputas pela memória. Deste modo, se insere a discussão sobre a necessidade de ações de reforma e justiça. Esse processo articula narrativas e memórias anteriormente reprimidas, e que se tornam conflitantes, pois alguns grupos procuram impor hegemonicamente suas versões sobre outros, e ainda por meio de programas públicos de ações afirmativas com ênfase no multiculturalismo, com destaque a comunidades indígenas e negras, incluindo os quilombolas.

Nessa conjuntura política difundiram-se disputas e lutas por redefinições da memória em vários países. Seus objetivos eram de justiça social, reconhecimento público de memórias de grupos étnicos, de gênero, religiosos e de reparação de danos historicamente causados por exploração, guerras e regimes de exceção. Esses grupos buscam um espaço na vida pública por meio da propagação de suas histórias, nas quais existiam elementos fundamentais para o sentimento de pertencimento a um grupo, com o objetivo de reconhecimento perante os demais grupos sociais e órgãos oficiais.

Michael Pollack (1989, 1992) atribui a esses fatos o surgimento de movimentos para que suas memórias sejam relativizadas em suas condições marginais, adquirindo espaço e visibilidade, silenciados por um “trabalho de enquadramento da memória” com a finalidade de consolidar e legitimar Estados e identidades nacionais.

Em relação a essa mobilização, com o incidente de uma cultura e política de memória, Andreas Huyssen destaca:

No cenário mais favorável, as culturas de memória estão intimamente ligadas em muitas partes do mundo a processos de democratização e luta por direitos humanos e à expansão e fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil. Desacelerar em vez de acelerar, expandir a natureza do debate público, tentando curar as feridas provocadas pelo passado, alimentar e expandir o espaço habitável em vez de destruí-lo em função de alguma promessa futura, garantindo o “tempo de qualidade” – estas parecem ser necessidades culturais ainda não alcançadas num mundo globalizado, e as memórias locais estão intimamente ligadas às suas articulações. (HUYSSSEN, 2000, p. 34-35)

Segundo Stuart Hall (2000), os reflexos causados pela globalização são vistos por alguns pesquisadores como uma ameaça, enfraquecendo as chamadas culturas nacionais, mas permanecem fortes no que diz respeito a direitos legais e cidadania. Sobretudo, destacam as identidades locais, regionais e comunitárias como as mais importantes. Assim as identificações “globais” passam a desarticular, ou até mesmo extinguir as chamadas culturas nacionais.

A cultura e política de memória são alimentadas pela construção das memórias relativas às identidades e aos espaços dos grupos sociais. Apresenta elementos importantes ao utilizarem a memória como recurso em busca do reconhecimento e direitos perante o Estado por meio das práticas de políticas públicas.

É nessa conjuntura que este trabalho visa analisar a memória como recurso sociopolítico na cidade de Ourinhos – SP, por meio das ações da Casinha da Memória, equipamento cultural dirigido pela Associação de Amigos da Biblioteca Pública (AABIP) e Secretaria Municipal de Cultura. Fortalece a cidadania e as identidades sociais ao realizar seu projeto principal, o Arquivo de Lembranças.

O projeto Arquivo de Lembranças consiste na formação de um acervo audiovisual com relatos de histórias de vida. Um dos temas abordados é a memória dos ferroviários, proporcionando à população o direito de conhecer parte da memória de sua cidade, e, aos antigos ferroviários, o direito enquanto cidadãos de terem sua memória registrada, divulgada e valorizada.

1. MEMÓRIA INDIVIDUAL E MEMÓRIA SOCIAL

O conceito de memória vem sendo estudado há séculos por filósofos e cientistas, modificando-se e adequando-se às funções, às utilizações sociais e à sua importância em diferentes sociedades humanas. A memória era explicada de acordo com os conhecimentos e acontecimentos de cada momento da história.

Segundo Jacques Le Goff (1996), os gregos concebiam a memória como algo divino, um dom a ser praticado. Nesse contexto, o poeta tinha um papel social importante, o de transmitir lembranças do passado aos mortais, reveladas pela deusa Mnemosine, mãe das Musas, protetoras das artes e da história. Possuía a condição de memória viva de um grupo.

De mesma origem, a memória e a imaginação (lembrar e inventar) têm intensas ligações, quando os registros eram transferidos para fora do corpo, era como se houvesse um enfraquecimento da memória. Portanto os gregos desenvolveram muitas técnicas para preservar as lembranças sem abrir mão do registro escrito.

Para os romanos, a memória era transmitida pela arte retórica. O orador seguia a regra de não utilizar registros escritos.

A idade média é marcada pela memória litúrgica. O cristianismo e o judaísmo organizam o tempo presente com lembranças de acontecimentos de milagres e datas precisas, principalmente dos santos, articulando o ensino da memória oral e escrita. Assim surgem os tratados de memória (*artes memoriae*).

A imprensa revoluciona com seus tipos móveis e proporciona entre os mais cultos tratados científicos e técnicos que anteciparam e abriram a memorização do saber.

A urbanização, a transformação na organização e relações sociais, as atividades, papéis e percepções do indivíduo, trouxeram mudanças importantes para a memória individual e coletiva.

De uma sociedade baseada na tradição oral dos saberes necessários ao trabalho e à vida em grupo, novas ocupações relacionadas ao comércio e à vida nas cidades demandam registros e operações, de listas, de transações. Deste modo, desenvolvem-se artifícios cada vez mais sofisticados para guardar e disseminar a memória em textos e imagens.

Com a tecnologia da informação foi possível guardar e organizar grandes quantidades de registros e abranger os meios inventados anteriormente.

Maurice Halbwachs (1990) colaborou com seus estudos na concepção das representações sociais que compõem a memória. Para ele as lembranças dos indivíduos são estabelecidas a partir da relação a um grupo. Portanto a memória individual pode ser

compreendida como um ponto onde convergem diversas influências sociais e como uma forma singular de articulação dessas extensões. A memória social é construída por um grupo por meio de articulação e localização de lembranças em quadros sociais comuns. Essas lembranças são organizadas em um acervo e compartilhadas resultando na memória social.

Ao apontar e relacionar memória individual e coletiva, Maurice Halbwachs enfatiza os termos usados:

[...] é impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não tomamos para ponto de aplicação os quadros sociais reais que servem de pontos de referência nessa reconstrução que chamamos memória. (DUVIGNAUD Apud HALBWACHS, 1990, p. 9-10)

Entretanto, a lembrança pessoal deve ser destacada como uma forma de confrontar as interferências coletivas. Franco Cardini (1993) explica:

[...] a lembrança não se constrói sem a memória coletiva, mas, ao mesmo tempo, a recordação pessoal é uma forma de testemunho que impõe limites à tirania ou à ditadura das imagens coletivas. (CARDINI, 1993, p. 326)

No interior do trabalho com a memória este limite deve ser reconhecido, pois, as lembranças são compostas pelas experiências comuns dos indivíduos, mas seus conteúdos não são arbitrários. Em contrapartida, as lembranças pessoais passam pela tirania das imagens coletivas enquanto possibilita que um elemento de caráter pessoal possa ser ouvido por cima da memória coletiva. Para Maurice Halbwachs (apud CARDINI, 1993) a consciência individual é um medidor de influências sociais, porém, ao mesmo tempo, é um limite, algo que pode salvar da ditadura.

A memória sublinha momentos históricos significativos, preserva o valor do passado fortalecendo os grupos sociais. É um objeto de busca pelo poder, pois o que deve ser lembrado ou esquecido é determinado pelos grupos como uma forma de autoridade sobre os outros.

Michael Pollak (em entrevista concedida ao CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987) destaca elementos constitutivos da memória, como os acontecimentos, personagens e lugares. Todos podem ser vividos pessoalmente ou indiretamente, ou seja, com a participação em um grupo. Essa memória também pode ser real ou transferida em projeções de outros eventos:

O que ocorre nesses casos são, portanto, transferências, projeções. Numa série de entrevistas que fizemos sobre a guerra na Normandia, que foi invadida em 1940 pelas tropas alemãs e foi a primeira a ser libertada, encontramos pessoas que, na época do fato, deviam ter por volta de 5, 16, 17 anos, e se lembravam dos soldados alemães com capacetes pontudos (casques à pointe). Ora, os capacetes pontudos são tipicamente prussianos, do tempo da Primeira Guerra Mundial, e foram usados até 1916, 1917. Era, portanto, uma transferência característica a partir da memória dos pais, da ocupação alemã da Alsácia e Lorena na Primeira Guerra, quando os soldados alemães eram apelidados de "capacetes pontudos" para a Segunda Guerra. Uma transferência por herança, por assim dizer. (Entrevista concedida ao CPDOC em dezembro de 1987)

Michael Pollak (em entrevista concedida ao CPDOC, 1987) ainda apresenta os resquícios datados da memória, ou seja, aquilo que fica gravado como data precisa de um acontecimento. É possível se deparar com a reconstituição política da história e as datas públicas podem se tornar privadas. Ou, unicamente, a autêntica importância histórica das respectivas datas para determinada região. Deste modo, a memória pode "vencer" a cronologia oficial. O que implica é saber qual é a relação disso com a constituição da personagem. Pollak também constata:

[...] se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. (Entrevista concedida ao CPDOC em dezembro de 1987)

Portanto a memória política pode ser movedor de diferenças entre diversas organizações. Para caracterizar essa memória é conveniente colocar o conceito de trabalho de enquadramento da memória, que pode ser ponderado em termos de investimentos. Uma história social da vida seria a análise desse trabalho de enquadramento da memória e poderia ser cometida em organizações políticas, sindicais, na Igreja, por fim, em tudo aquilo que leva os grupos a consolidarem o social.

Todavia outro trabalho seria necessário introduzir, da própria memória, uma conservação, de consistência, de unidade, de continuidade da organização. Michael Pollak exemplifica:

[...] a partir do momento em que o Partido Comunista amarrou bem a sua história e a sua memória, essa mesma memória passou a trabalhar por si só, a influir na organização, nas gerações futuras de quadros; os investimentos do passado, por assim dizer, renderam juros. Esse fenômeno torna-se bem claro em momentos em que, em função da percepção por outras organizações, é preciso realizar o trabalho de reorganização da memória do próprio grupo. (Entrevista concedida ao CPDOC em dezembro de 1987)

Portanto, ao reorganizar a história do partido, sua memória é reescrita. Esta memória e identidade estando suficientemente constituídas, os questionamentos vindos de outros grupos externos da organização, não chegam a provocar a necessidade de reorganização, nem em nível da identidade individual, nem em nível da identidade coletiva. As memórias individuais sustentam-se da memória coletiva e histórica, e buscam elementos mais abrangentes do que a memória construída pelo indivíduo e seu grupo.

Um dos elementos mais importantes na construção e afirmação no caráter social da memória é a linguagem. As trocas entre os membros de grupo se fazem por meio dela. Como afirma Ecléia Bosi (1994), a linguagem é a ferramenta socializadora da memória, pois restringe, conecta e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural experiências tão variadas como o sonho às lembranças e às experiências atuais.

Contudo foi por meio dos processos metodológicos da memória coletiva, como no caso de trabalhos sustentados pela história oral, que foi possível reconhecer a história dos negros, mulheres e trabalhadores. A história ao invés de se configurar em uma ampla narrativa, mencionando apenas a história dos povos dominantes, passou a abrigar e dar visibilidades a todas as narrativas.

Memória individual e coletiva (social) se sustenta da memória histórica e são socialmente trabalhadas. Possuem registros e informações importantes a serem transmitidas, essencialmente, com a função de garantir o sentimento de pertinência entre os membros do grupo. Diferente da memória histórica que possui como principal meio de preservação e comunicação, a escrita, a memória individual e coletiva tem a oralidade como veículo fundamental, porém não específico. Memórias individuais, coletivas e históricas se adentram mutuamente. Memórias individuais e coletivas almejam a coexistência e a afirmação como memória histórica.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E MEMÓRIA SOCIAL

Atualmente vem aumentando o interesse por estudos sobre políticas públicas pelos pesquisadores, profissionais e instituições. Alexandre Barbalho (2005, p. 37) aponta que embora exista uma extensa bibliografia sobre o tema “Política Cultural”, ainda é aparente a dificuldade em encontrar trabalhos preocupados em trazer uma discussão mais conceitual.

Para o autor, é necessário que haja uma definição com a prática e com a pesquisa, em se tratando de políticas culturais nos dias de hoje.

Entre outras versões que começam a surgir na década de 1960, destaca-se a importância da UNESCO em torno das reflexões e debates sobre assuntos relacionados à cultura. No ano de 1969, a instituição publicou o documento *Cultural policy: A preliminary study*, que fez parte da coleção *Studies and Documents on Cultural Policies*, divulgado na década de 1970, sobre a situação da política cultural dos países membros em todos os continentes. Determina:

Política cultural é entendida como um conjunto de princípios operacionais, práticas administrativas e orçamentárias e os procedimentos que fornecem uma base para a ação cultural do Estado. (...) Política cultural deve ser entendida como a soma dos usos conscientes e deliberada, de ação ou falta de ação na sociedade, visando atender a determinadas necessidades culturais por meio da utilização ótima de todos os recursos materiais e humanos disponíveis em uma sociedade em um momento determinado. (UNESCO, 1969, p. 4 e 10)

É perceptível que a UNESCO, ao elaborar este conceito, considerou o momento e a influência pelo direcionamento do conteúdo a agentes governamentais, pois contrariou a realidade contemporânea, restringindo as políticas públicas a uma ferramenta de atuação estatal ao ignorar a participação de empresas e organizações comunitárias na condução do campo cultural.

Para Jurgen Habermas as políticas públicas envolvem atores públicos e privados, podendo, inclusive, atuar em conjunto em projetos planejados, sistematizados como pensamentos e atividades estratégicas que coliguem o antes, o durante e o depois da ação proposta. Por ser uma ação interventiva no âmbito coletivo, é importante refletir sobre políticas públicas de cultura acerca do que o autor apresenta como a noção de esfera pública:

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana. (HABERMAS, 1997, p. 92)

Nesse sentido, a esfera pública é um espaço onde agentes e instituições, de domínio coletivo, reivindicam qualidade de vida, participação nas políticas públicas já adotadas e em novas políticas que atendam a população em geral na área cultural. Deste modo, necessidades de grupos locais intensificadas por meio da memória, poderão ser articuladas, ouvidas e ponderadas.

Para Antônio Gramsci (1982) cada grupo social concebe um intelectual orgânico, aceção dada aos sujeitos que se ocupam em pensar a realidade social, servindo de mediadores entre a sociedade civil e a sociedade política, no papel de decisão na produção e nas práticas de políticas públicas por meio de processo de articulação de estratégias para criar hegemonia da classe trabalhadora.

Uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista "ideológica" dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos. (GRAMSCI, 1982, p. 9)

Gramsci apoia a ideia de sociedade civil, ou classe política para o controle do Estado, para tanto, as classes tem que se servir das mesmas oportunidades e condições. Porém, historicamente, existem muitas desigualdades entre os detentores do poder e as classes trabalhadoras. O Estado está a serviço das classes proprietárias, por isso Gramsci sugere o fortalecimento das classes sociais organizadas em sociedade civil, ou classe política, para negociarem a divisão de recursos. Mas, para isso seria fundamental que os intelectuais orgânicos assumissem a responsabilidade de organizar o movimento e permitir que os trabalhadores assumissem o poder, equilibrando forças e suas ações opressivas.

A Segunda Guerra Mundial se diferenciou das anteriores por ter maior cobertura da mídia, causando comoção e reflexão por parte da sociedade. A sociedade civil internacional ficou perplexa perante a destruição promovida pela guerra, assim como pelas suas estatísticas escatológicas. A ciência pró-guerra, os campos de concentração nazistas, as bombas sobre

Hiroshima e Nagasaki, dentre outros exemplos bizarros de barbárie, serviram de modelo da capacidade destrutiva do ser humano, levantando novas discussões sobre o futuro da humanidade. De repente, tudo aquilo que remetia à guerra tornou-se repugnante. A Europa, então em ruínas, assim como outros cenários da guerra, buscaram se reconstruir sobre novos valores. Com a ajuda da mídia internacional, causou ressonância, cuja repercussão culminou na criação de órgãos para a conservação de tudo aquilo que fora ameaçado: as culturas, os patrimônios históricos e a dignidade humana.

Deste modo, surgem movimentos que buscam evitar novos confrontos bélicos. Em 1945, criou-se a Organização das Nações Unidas (ONU) a favor de estabelecer e manter a paz no mundo. Por meio da Carta das Nações Unidas, assinada em 20 de Junho de 1945, os povos manifestaram a sua determinação.

[...] a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla. (Disponível em <
http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf>)

Alexandre Barbalho (2005, p. 35) afirma que é no período pós - Guerra mundial que a cultura passa a receber maior atenção do Estado. Entre 1970 e 1988, a UNESCO promove uma série de reuniões e conferências buscando unir os Estados nacionais. Destaca:

- “Conferência Intergovernamental sobre Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros da Política Cultural” (1970);
- Promoção da “Década Mundial do Desenvolvimento Cultural” (1988-1997);
- “Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento”, criada junto com as Nações Unidas, em 1992; e
- “Conferência Mundial de Políticas Culturais” (1988).

Para Martin Cezar Feijó (1983, p. 75), todas as iniciativas da UNESCO para situar normas de convivência entre culturas alheias, durante a década de 1970, são mobilizadas pela

contribuição da contracultura¹. As mudanças comportamentais trazidas pela contracultura e o surgimento dos movimentos sociais, refletiram em transformações nas áreas sociais, culturais e tecnológicas, na década de 1980. Tais mudanças, que almejavam reconstruir a estrutura das instituições no sentido de flexibilizar hierarquias e ampliar papéis, por fim, acabaram por discutir projetos de ação cultural e o interesse público pela cultura. Levando em consideração a relação entre memória, história e legislação, Luciana Heymann assegura:

O que se observa, então, em linhas gerais, é a busca de reconhecimento e legitimidade por parte de grupos que, destacando-se da “comunidade nacional”, passam a definir-se a partir de novas categorias, sejam elas étnicas, religiosas, de gênero, etc. Nesse processo estão em jogo novas formas de auto-identificação, a valorização de uma história particular, a demanda por inclusão sem homogeneização, a luta pelo reconhecimento público de sua existência e significado para a nação, por representação política e, finalmente por direitos. Não apenas os direitos universais, mas também novos direitos, associados à especificidade histórica ou cultural desses grupos, fenômeno que vem provocando a rediscussão de conceitos como cidadania e democracia. (HEYMANN, in GOMES 2007, p. 17)

Para Antônio Rubim (2007), atualmente há uma descentralização, agentes estatais e não-estatais que desenvolvem ações e projetos sistemáticos no campo da cultura são inseridos nas políticas culturais ao lado dos Estados nacionais. Deste modo as políticas públicas culturais são compostas pelos organismos supranacionais (organizações entre nações, organismos multilaterais, blocos econômicos, etc.), os estados subnacionais (as províncias e os municípios), entre outros.

A descentralização do Estado-nação em relação às políticas públicas culturais proporciona também à sociedade civil a oportunidade de reconhecimento público de outras memórias, e não somente a nacional. Lia Calabre aponta em sua pesquisa sobre políticas públicas de cultura no Brasil:

¹ “Surgida nos Estados Unidos na década de 1960, a contracultura pode ser entendida como um movimento de contestação de caráter social e cultural. Nasceu e ganhou força, principalmente entre os jovens desta década, seguindo pelas décadas posteriores até os dias atuais”. Ver “O que é contracultura”, Pereira, Carlos A. M., 1984.

Durante muito tempo a ação do Estado ficou restrita a preservação daquilo que comporia o conjunto dos símbolos formadores da nacionalidade, tais como o patrimônio edificado e as obras artísticas ligadas à cultura erudita (composições, escritos, pinturas, esculturas, etc.). O papel de guardião da memória nacional englobava atribuições de manutenção de um conjunto restrito de manifestações artísticas. As manifestações culturais deveriam ser registradas e resgatadas dentro do que poderia ser classificado como o folclore nacional. (CALABRE, 2007, p. 96)

Diante dessa superação da atuação restrita do Estado, as organizações não-governamentais e as movimentações da sociedade civil estão desenvolvendo ações acrescentando novos caminhos para as políticas públicas de cultura. Sem deixar de lado os fluxos transnacionais do processo de globalização e as relações internacionais, decisivos para a ampliação da aplicação do Estado à área cultural.

Lia Calabre (2010) destaca como marco inaugural das políticas de cultura no Brasil, a implantação do Departamento de Cultura da prefeitura da cidade de São Paulo, sob o comando de Mário de Andrade, de 1935 a 1938, e a criação dos Ministérios da Educação e Saúde em 1930, sob direção de Gustavo Capanema.

Nas reflexões de Cristina De Carvalho (2009) sobre apresentação de lutas e conflitos na história das políticas públicas de cultura no Brasil, de 1977 até os dias atuais, ou seja, desde a época do Estado Novo, existe um processo de ações e demandas sociais reivindicando seus espaços na formulação de políticas públicas de cultura no Brasil. Segundo a autora, esta participação se intensificou a partir de 1980, quando se transfere as ações estratégicas na área por meio das leis de incentivo e renúncia fiscal. Cristina De Carvalho avalia que no contraponto, está a participação conquistada:

[...] que fomente um processo de emancipação e de auto-organização expresse-se na formação do Sistema Nacional de Cultura e, em particular, no programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura do governo Lula. (DE CARVALHO, 2009, p. 19-20)

Criado em junho de 2004, o Cultura Viva é o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, formado por Pontos de Cultura, dirigidos com a participação do Estado em conjunto com a sociedade.

Segundo Antônio Rubim (2007b) e Cristina De Carvalho (2009) foi nas políticas públicas de cultura do governo Lula (2003-2010), que o entendimento de incentivos e maior informação difundida foi mais presente por acrescentar uma noção de cultura mais abrangente.

Gilberto Gil, ex-ministro da Cultura, na I Conferência Nacional de Cultura aponta ações que fortalecem perspectivas cidadãs e democráticas do desempenho do Estado neste campo. Como Antônio Rubim lança:

Em consequência, o público privilegiado não serão os criadores, mas a sociedade brasileira. A outra ênfase dos discursos programáticos será a retomada do papel ativo do Estado nas políticas culturais. (RUBIM, 2007b, p. 29).

Contudo, por meio da compreensão de cultura adotada por uma gestão pública, fica perceptível a intensidade de seu desempenho. Como resumo das observações apresentadas sobre políticas públicas de cultura e memória social pode-se analisar alguns procedimentos de descentralizações na formulação de políticas que vêm sendo realizados a nível nacional e regional: a difusão de informações sobre cultura admitindo que suas mais variadas manifestações sejam promovidas; a consistência da sociedade civil, o mercado e as entidades internacionais com o Estado na formulação de políticas públicas; a democratização das políticas públicas acerca da memória social e enquanto recurso sociopolítico; a distribuição descentralizada de equipamentos culturais com a intenção de adequar à cidadania cultural.

3. A ATUAÇÃO DA CASINHA DA MEMÓRIA COMO RECURSO SOCIOPOLÍTICO PARA A CIDADE DE OURINHOS - SP

A partir do momento em que a memória desperta interesse e apresenta retorno, torna-se recurso que transcorrem em diferentes áreas. George Yúdice ao citar Michael Young e Jeremy Rifkin:

(...) a cultura está sendo crescentemente dirigida como um recurso para a melhoria sóciopolítica e econômica, ou seja, para aumentar sua participação nessa era de envolvimento político decadente de conflitos acerca da cidadania (YOUNG, 2000, pgs. 81-120), e do surgimento daquilo que Jeremy Rifkin (2000) chamou de — capitalismo cultural. (YUDICE, 2004, 25)

Com essa observação, o autor demonstra que os usos da cultura no mundo globalizado servem também para ponderar as justificativas das manifestações de mote da memória social no momento atual. Deste modo, é possível afirmar que os trabalhos de construção, transmissão e divulgação de memórias são cada vez mais de interesse para incentivos, apoio políticos e fomentação, pois ofertam retorno sociopolítico e econômico à sociedade. A

memória, como recurso, pode ser articulada para resoluções de problemas que desde então eram exclusivamente relacionadas a áreas como a política e economia.

É apropriado deixar claro que nessa presente pesquisa a abordagem é para memória-recurso e não memória-mercadoria. A intenção não é limitar a memória pela memória, como afirma Santana (Apud YUDICE, 2004, p.32) em relação à cultura, mas sim a consciência do que a memória social é capaz de oferecer ao compensar os investimentos que ampliam as ações nessa área.

O Plano Nacional de Cultura, previsto desde a aprovação da emenda 48, em 2005, recentemente está em fase de implementação de suas diretrizes formuladas pelo Estado em conjunto com a sociedade, através de pesquisas e encontros realizados como as Conferências Nacionais de Cultura, Câmaras Setoriais, Fóruns e Seminários.

Criada no ano de 2010, a lei 12.343/10, que regulamenta o plano, está contida no Artigo 215 da Constituição Federal. O PNC para o Ministério da Cultura (MinC):

[...] tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Diversidade que se expressa em práticas, serviços e bens artísticos e culturais determinantes para o exercício da cidadania, a expressão simbólica e o desenvolvimento socioeconômico do País. (MinC, disponível em www.cultura.gov.br/site/categoria/politicas/plano-nacional-de-cultura/. Acesso em 08 de março de 2012)

A memória está presente no conteúdo do PNC. Começando por seus princípios, cujo capítulo VI atenta ao direito à memória e às tradições. No Capítulo II, uma de suas estratégias e ações é:

2.3.1. Promover ações de educação para o patrimônio, voltadas para a compreensão e o significado do patrimônio e da memória coletiva, em suas diversas manifestações como fundamento da cidadania, da identidade e da diversidade cultural. (MinC. Disponível em www.cultura.gov.br/site/categoria/politicas/plano-nacional-de-cultura/. Acesso em 08 de março de 2010)

Seguindo esses preceitos a Secretaria de Cultura de Ourinhos, em parceria com a Associação de Amigos da Biblioteca Pública vem praticando ações de preservação da memória da formação da cidade e de educação patrimonial, tais como: Memória Postal – Apresentando Imagens do Passado; Oficina de Educação Patrimonial; Oficina “Ações Educativas em Museus”; publicações e a implantação da Casinha da Memória.

A Casinha da Memória é um equipamento cultural vinculado ao Museu Municipal de Ourinhos, criado em 15 de dezembro de 2010, para abrigar acervos relacionados à memória ourinhense e disponibilizá-los aos pesquisadores e às pessoas interessadas em conhecer um pouco mais a história da cidade por meio de um acervo formado por livros, coleções de fotos e de antigas publicações. Sua sede é justamente uma das casas do conjunto ferroviário construído no início do século passado, que representa uma parte significativa da história da cidade.

Desde o início do ano de 2011, a Casinha da Memória vem desenvolvendo seu principal projeto, o Arquivo de Lembranças, cuja finalidade é criar um acervo audiovisual, formado por relatos de histórias de vida, onde qualquer pessoa pode deixar registrada sua história.

A organização do acervo se dá por temas, como Memória dos Nordestinos, Memória do Rádio, Memória da Música, dentre outros. No momento, o projeto está voltado à Memória dos Ferroviários.

4. PROJETO ARQUIVO DE LEMBRANÇAS – MEMÓRIA DOS FERROVIÁRIOS

Ourinhos é uma cidade com densidade histórico-cultural. Destaca-se a sua importância com o entroncamento ferroviário, fundamental na economia cafeeira desde o início do século XX, passando por toda a sua ampliação.

Formado como Município em 1918, Ourinhos tornou-se ponto de partida da Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná em 1923, com o início da construção do trecho entre Cambará e Ourinhos. A ferrovia fez parte da colonização do norte paranaense e do desenvolvimento da economia cafeeira, englobando São Paulo e Paraná, através dela o café chegava ao porto de Santos. Muitas vidas se movimentavam, formando uma cidade cuja riqueza humana tem a oportunidade de ser recriada e difundida por meio de ações acerca da memória.

O projeto Arquivo de Lembranças tem a missão de contribuir com o desenvolvimento humano e social ao valorizar, organizar e socializar a história de vida das pessoas.

Durante o ano de 2011 foram colhidos depoimentos de antigos ferroviários de Ourinhos por uma equipe composta por Neusa Fleury Moraes, Secretária de Cultura de Ourinhos, Marco Aurélio Gomes, Diretor da Assessoria de Imprensa da Secretaria de Cultura, Tatiana de Oliveira, Agente Cultural e fotógrafa, José Luiz Martins, Diretor de Audiovisual e

Edição, e Fernanda de Oliveira Botelho, agente cultural responsável pelas transcrições, pesquisa e registro dos documentos dos entrevistados.

A ferrovia foi grande responsável pela formação e ampliação do espaço social² de Ourinhos. Muitas casas foram construídas em um loteamento próximo ao pátio da estação ferroviária para abrigar pessoas que vinham de outras regiões do país ou que trocaram o campo para trabalhar na ferrovia. Assim formou-se a Vila Margarida, um dos bairros da cidade.

Domingos Ângelo Filho morava na Fazenda Lageadinho, área rural de Ourinhos, e mudou-se para a área urbana, na Vila Margarida, para trabalhar na ferrovia.

Cheguei a Ourinhos mocinho ainda, em 10 de setembro de 1949. Vim para trabalhar na ferrovia. Na Sorocabana trabalhei noventa dias, foi mais na Rede de Viação Paraná Santa Catarina. Era o fim do tempo dos ingleses. Trabalhar na ferrovia era um luxo, porque ninguém queria trocar o trabalho do campo pela ferrovia, pois na Fazenda Lageadinho, por exemplo, tinha de tudo. Tinha campo de futebol iluminado, eu jogava bola a noite inteira, campo de aviação, farmácia, médico, escola, rádio, água encanada e turbina de energia própria. Quando vim para Ourinhos já era casado e morei na Vila Margarida, em frente ao relógio da Rede. As casas da Rede eram oferecidas ao pessoal que trabalhava na Via Permanente, na soca. Conforme o trecho que cuidavam, tinha as casinhas para morarem. (Entrevista concedida em 02/02/2011).

Segundo BOSI (1994, p. 281) cada classe, cada pessoa vive diferentemente o seu tempo. A sociedade industrial racionalizou as horas de vida dos trabalhadores, encurtando o tempo da amizade, familiar e religioso. Porém, por ser um trabalho sobre o tempo, conotado pela cultura e pelo indivíduo, a memória também envolve esse tempo perdido nas atividades mercantilistas. Deste modo, ao construir sua história de vida, o indivíduo busca subsídios na memória de seu grupo e do local onde viveu suas experiências.

O trabalho na ferrovia era dividido em turnos, porém se ocorresse algum imprevisto como acidentes na linha ou problemas na comunicação, não importava o horário, o ferroviário deveria apresentar-se na função imediatamente. O ferroviário aposentado Marcial Fandaruff

² O espaço social é aquele que é percebido entre os indivíduos que participam de um coletivo. É de natureza imaterial, refere-se aos vínculos que traçam as relações entre os indivíduos e a sociedade, e, que formam o tecido social. Que se representam através de fios invisíveis, de natureza comunicativa que fazem a coesão social, é o elo que reúne os homens em lugar comum. Podem-se ler diferentes esferas do tecido social, onde se realizam coletivos específicos, cujo objeto de ação é a produção econômica, a organização política e a vida social (EGLER, 2003b).

tinha a função de supervisionar cem quilômetros de linha de telefonia da Rede de Viação Paraná - Santa Catarina e expõe situações em que trocou momentos de lazer para socorrer defeitos na comunicação da estrada de ferro:

[...] É um serviço que dava muito trabalho. Às vezes para ir à matinê em Jacarezinho eu tinha que deixar o meu nome na portaria, se eles precisassem chamar, tinham que me tirar na matinê pra socorrer telefonia lá na Rede. Era apurado o negócio! Era sozinho e tomava conta de cem quilômetros todo dia. Não era brincadeira! [...] não podia sair. Uma vez, no meu aniversário, aquele pessoal lá em casa, os parentes, dava um defeito de linha, eu tinha que largar tudo e sair feito doido. É, tinha que atender. [...] Era o meu serviço. (Entrevista concedida em 20/03/2011)

Lídia Batista Ângelo, esposa do ferroviário aposentado Domingos Ângelo Filho, da Rede de Viação Paraná - Santa Catarina exemplifica com o nascimento de seu segundo filho como era ser casada com um ferroviário.

[...] O menino nasceu ele não estava em casa. É o segundo filho. Ele foi prestar socorro e ficou vinte e dois dias lá, levantando máquina e vagão no brejo. Aí ele voltou pra casa. Mas ele chegou de uma linha e já foi chamado pra ir a outro socorro. (Entrevista concedida em 02/02/2011)

Muitos chegavam a Ourinhos para trabalhar na ferrovia com suas famílias, porém outros constituíam família depois de estabelecidos na cidade, deste modo, mulheres e filhos também participaram da construção dessa história. É possível observar essa participação nas lembranças de Leda Maria Souza Silva, filha do ferroviário aposentado Edvaldo César Silva que trabalhava na guarita do pátio da Rede de Viação Paraná - Santa Catarina.

[...] Eu me lembro de quando ia levar janta pra ele, à noite. Porque lá fazia uma escala. A gente ficava brincando. Aí ele vinha, sentava, jantava e nós ficávamos correndo [...] Às vezes ele falava assim: “Dá uma volta com ela”. Aí a gente andava (de trem). Então, sabe assim? Tem muita recordação. Às vezes quando ele saía para alguma cidade aqui perto, falava assim pra ela (Noêmia, esposa do ferroviário): “Olha, na hora que tiver chegando aqui, eu vou mandar dar três apitos, que você sabe que estou chegando”. Aí ela já ficava naquela expectativa. Na hora que dessem três apitos, ele estava chegando. Então logo, logo ele estava em casa. [...] É, você vê! Nossa! Era muito bom. (Entrevista concedida em 03/09/2011)

Havia em Ourinhos uma cooperativa que fornecia produtos para os ferroviários em troca de pagamento descontado em folha. O ferroviário aposentado Domingos Ângelo Filho conta:

[...] Aqui, nós tínhamos uma cooperativa na Rua Vinte e Seis de Outubro, abastecia todos os ferroviários, vinha tudo de Ponta Grossa. Enquanto não entrou espertalhão dentro dela, era muito boa para os ferroviários, não faltava nada. A gente mandava uma lista, ainda tem a caderneta guardada. Na caderneta estava tudo escrito o que eles tinham, aí a gente marcava a quantia e mandava pra lá. Eles empacotavam tudo e mandavam pela carrocinha. Tinha saco de arroz, batatinha, cebola, alho, bacalhau, carne seca, carne de sol, carne de porco salgada, linguiça, linguiça rosa e salame. Depois ela fechou, assim meio de repente, e um tal de Augustinho era o gerente, ele morava aqui na Vila Margarida. Dizem que ele deu um “rombo” na Cooperativa e ela fechou assim, de repente. (Entrevista concedida em 02/02/2011).

Nivaldo Ângelo, filho de Domingos Ângelo, acrescenta com suas lembranças de criança:

[...] Vinha tudo do sul. Naquele tempo a molecada não tinha tênis, nós já tínhamos Makerliera, uma marca excelente de Ponta Grossa. Alfaiates de Ponta Grossa vinham de trem, tiravam medida da gente e faziam os casacos, descontava do holerite. Eu tinha um casaco daqueles longos, parecido com os da Guerra Mundial, durou uma eternidade, dei para meu sobrinho, está por aí rodando, não sei pra onde foi. Não acaba nunca, de lã pura, batida mesmo. (Entrevista concedida em 02/02/2011).

Leda Maria Souza Silva, filha do ferroviário Edvaldo Cesar Silva, também expõe suas lembranças de menina, em uma casa com onze irmãos, como era a chegada da compra mensal feita na Cooperativa.

[...] Vinha uma carroça só aqui pra nossa casa. Era uma delícia! [...] Nossa! Leite condensado. Tinha umas latas de goiabada enormes. Sabe? Lata de banha. Às vezes ela (mãe) trocava com as vizinhas. Vinha saco de arroz, meio de feijão. Nossa! Era uma delícia a hora que parava a charrete na frente e a gente ia correndo pra descarregar! Nossa! É uma lembrança, assim, que não tem. Muito emocionante. Eram duas compras por ano. Uma de inverno e outra de verão. (Entrevista concedida em 03/09/2011)

Ecléia Bosi (1994) em suas pesquisas observa a memória como um trabalho e não como um sonho. Olga Von Simson (2000) acrescenta:

[...] que o ato de lembrar em conjunto, isto é, o ato de compartilhar a memória, é um trabalho que constrói sólidas pontes de relacionamento entre os indivíduos - porque alicerçadas numa bagagem cultural comum - e, talvez por isso, conduza a ação. Portanto, a memória compartilhada é tanto forma de domar o tempo, vivendo-o plenamente, como empuxo que nos leva a ação, constituindo uma estratégia muito valiosa nestes tempos em que tudo é transformado em mercadoria, tudo possui valor de troca. Essa memória compartilhada, enquanto desejo latente do homem pós-moderno, que, entretanto se realiza numa relação não inserida na lógica de mercado, nos leva a construir redes de relacionamentos nas quais é possível focalizar em conjunto aspectos do passado, envolvendo participantes de diferentes gerações de um mesmo grupo social. Nesse processo, utiliza os "óculos do presente" para reconstruir vivências e experiências pretéritas o que nos propicia pensar em bases mais sólidas e realistas nossas futuras ações (VON SIMSON, 2000, p.66).

Essa ação de compartilhar a memória proporciona maior consciência quanto aos problemas atuais da vida da comunidade ourinhense, e espontaneamente a conduz a ações conjuntas e politicamente conscientes apontando resoluções. Acredita-se que a memória constitui-se um recurso tanto para a gestão da Casinha da Memória, quanto para o público e a comunidade relacionados. Por ser um espaço de construção de narrativas de memória, torna-se capaz de atingir a proximidade com o entorno, aumentando o número de seus visitantes.

Para a Secretária de Cultura de Ourinhos Neusa Fleury Moraes:

O projeto é importante por deixar registrada a trajetória dos ferroviários em Ourinhos, e também porque essas informações estarão acessíveis para pesquisadores sobre o tema ou pessoas que queiram conhecer mais sobre o assunto. Além de preservar a memória dos trabalhadores da ferrovia, meio de transporte quase esquecido no país, o projeto também valoriza a história de vida de pessoas comuns, que tiveram suas experiências lembradas e valorizadas. Por último, um projeto como esse que visa preservar a história da ferrovia também colabora no cuidado com a memória da própria cidade, que teve seu crescimento atrelado à época áurea do transporte ferroviário. (Entrevista concedida em 01/08/2012)

A Casinha da Memória é instrumento para reconhecimento da identidade social do público e da comunidade, de fortalecimento de laços sociais, bem como a evocação à memória social da cidade por parte de seus moradores.

Para Marco Aurélio Gomes, um dos responsáveis por colher os depoimentos dos ferroviários:

A importância do Arquivo de Lembranças está na valorização das histórias pessoais, contribuindo para uma nova compreensão do passado, além da criação de um arquivo audiovisual disponibilizado a toda comunidade e que permanece aberto para o registro de novas histórias de vida. (Entrevista concedida em 25/07/2012)

Além de valorizar as histórias pessoais, dando voz a diferentes segmentos da sociedade, o projeto Arquivo de Lembranças permite a criação de um novo tipo de acervo que servirá de fonte de pesquisa, tanto para estudantes das séries iniciais como para pesquisas mais avançadas. Proporciona a população o direito de conhecer parte da memória de sua cidade, e aos antigos ferroviários, o direito enquanto cidadãos de terem sua memória registrada, divulgada e valorizada. Segundo Chauí (2006, p. 125) “a memória é como direito do cidadão, portanto como ação de todos os sujeitos sociais e não como uma produção oficial da História”.

Quando questionada sobre a importância do projeto Arquivo de Lembranças, a professora da Rede Pública Municipal e Estadual, Nilza de Fátima Volpe Nóbile, frequentadora da Casinha da Memória e moradora da Vila Margarida, disse:

Achei interessante o projeto por valorizar as pessoas através do resgate de suas histórias. Simples cidadãos que revelam a sua importância para a sociedade. A ferrovia é um marco social para cidade. Em junho, viajei a Peruíbe com um casal de amigos, passeando pela praia, ficamos impressionados com a disposição de uma senhora que passou correndo por nós. Fizemos comentários e um casal que estava caminhando atrás de nós disse que aquela senhora corria na praia todos os dias. Assim começamos a conversar e a mulher perguntou de onde éramos. Quando respondi que morava em Ourinhos ela, surpresa, contou que viveu até os sete anos aqui (Ourinhos) e que seu pai era ferroviário. Lembrou-se da casa que morou (uma das casas construídas pela Estrada de Ferro Sorocabana e que foram recuperadas). Depois dessa conversa, lembrei-me do projeto da Casinha da Memória e de como essa memória está sendo valorizada em nossa cidade. O resumo de tudo é o valor que esse trabalho proporciona ao cidadão ourinhense. (Entrevista concedida em 25/07/2012)

Logo, entende-se que a Casinha da Memória por meio do projeto Arquivo de Lembranças contribui como um recurso sociopolítico à cidade de Ourinhos por fortalecer a cidadania e as identidades sociais. Deste modo, a Secretaria Municipal de Cultura atende às diretrizes do Plano Nacional de Cultura no âmbito da temática memória social.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho foi possível notar que a construção da memória vem conquistando seu espaço como recurso em busca do reconhecimento e direitos perante o Estado por meio das práticas de políticas públicas, pois apresentam elementos importantes no fortalecimento das identidades e dos espaços dos grupos sociais.

As políticas públicas foram compreendidas em ações e interferências que não são somente do Estado, como algo impositivo, mas que unem o processo de consensos e disputas dos diferentes grupos. Ora atendendo demandas de uns, ora negociando diferenças. São compostas por conflitos e perspectivas tanto de ação quanto de ausência, compreendendo consenso, harmonia e oposições.

Constatou-se, a partir da análise realizada junto a Casinha da Memória, em Ourinhos, que o trabalho de suas ações culturais está no fortalecimento da identidade da cultura local e da formação de cidadania. De tal modo é possível notar que a memória dos antigos ferroviários e de seus familiares, obtidos por meio do projeto Arquivo de Lembranças, não aprisiona o indivíduo no passado, mas o incentiva com maior segurança a enfrentar os problemas da atualidade.

Ao reconstruir e compartilhar os aspectos do passado recente, o trabalho com a memória permite uma transformação da consciência das pessoas nele envolvidas direta ou indiretamente no que diz respeito à própria documentação histórica compreendendo seu valor na vida local, maneiras de recuperá-las e conservá-la.

Contudo, o projeto Arquivo de Lembranças proporciona à população o direito de conhecer parte da memória de sua cidade, e aos antigos ferroviários, o direito enquanto cidadãos de terem sua memória registrada, divulgada e valorizada. As ações da Casinha da Memória, por fortalecer a cidadania e as identidades sociais, são consideradas recursos para as possíveis políticas públicas de cultura da cidade de Ourinhos.

Referências Bibliográficas

BARBALHO, Alexandre. **Política Cultural – em Organização e Produção Cultural** – Edição Sala de Aula – Linda Rubim EDUFBA. Salvador 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas**. In: Antonio Albino Canelas Rubim e Alexandre Barbalho (orgs.). Políticas culturais no Brasil. Salvador: Edufba, 2007.

CARDINI, Franco. *A memória coletiva no pensamento de M. Halbwachs*. /Conferência proferida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo em 10 de novembro de 1993.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU DO BRASIL, 2001. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2012.

CHAUI, Marilena. **Cidadania cultural**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

DE CARVALHO, Cristina Amélia Pereira. **O Estado e a participação conquistada no campo das políticas públicas para a cultura no Brasil**. In: Políticas culturais: reflexões e ações. Lia Calabre (org.). São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2009.

EGLER, Tamara Tânia Cohen 2003b “**O espaço social na metrópole**”, seminário Nacional Região Metropolitana: Governo sociedade e Território, UERJ, novembro

FEIJÓ, Martin César. **O que é política cultural**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª edição. Rio de Janeiro - RJ: Civilização Brasileira, 1982.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**, volume II. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: LP&A, 2000.

HEYMANN, Luciana. *O devoir de mémoire* na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, Ângela de Castro (Coord.). **Direitos e Cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídias**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.6

MEMÓRIA E MEMÓRIA COLETIVA. Zilda Kessel. Disponível em: < http://www.museudapessoa.net/oquee/biblioteca/zilda_kessel_memoria_e_memoria_coletiva.pdf >. Acesso em: 12 mar.2010.

MOURA, Gyl Giffony Araújo. Políticas Públicas e Construções da Memória Social: um estudo a partir do Centro Cultural Bom Jardim, em Fortaleza, Ceará. **XI Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais**. Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011. UFBA. Disponível em: < http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308363192_CONLAB.pdf > Acesso em: 06 de março de 2012.

PLANO NACIONAL DE CULTURA. MINISTÉRIO DA CULTURA. Disponível em <www.cultura.gov.br/site/categoria/politicas/plano-nacional-de-cultura/> Acesso em 08 março de 2012.

POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

_____. **Conferência realizada no CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Escola de Ciências Sociais e História da Fundação Getúlio Vargas.) em dezembro de 1987** - Transcrita e traduzida por Monique Augras. Edição de Dora Rocha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

_____. **Memória e identidade social**. In: **Estudos Históricos**, vol. 5 n.10. Rio de Janeiro, 1992.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais: entre o possível e o impossível**. In: Gisele Marchiori Nussbaumer (org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: Edufba, 2007a.

_____. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios**. In: Antonio Albino Canelas Rubim e Alexandre Barbalho (orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007b.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do centro de memória da UNICAMP**. In: FARIA FILHO, educação. Campinas, SP: Autores Associados, Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000. Luciano Mendes de (org.). **Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias: questões para a história da educação**, p.63-74.

UNESCO. **Cultural policy: a preliminary study**. UNESCO: Paris, 1969.

YUDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Tradução de Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.